

PROJETO PARTICIPATIVO PARA O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO NO ASSENTAMENTO INFORMAL GETÚLIO VARGAS

Área Temática: Educação

Coordenadora da Ação: Andrea de Figueiredo Arruda Canavarros¹

Autor: Cristina Marafon²

RESUMO: O presente trabalho apresenta o projeto urbanístico e paisagístico do espaço livre público do assentamento informal Getúlio Vargas, localizado na área pública institucional do loteamento Residencial Coxipó I e II, região sul do município de Cuiabá. O projeto, desde o princípio, assumiu como proposta metodológica a prática participativa por entender que o respeito ao uso e apropriação do lugar e do seu entorno são fundamentais para o seu êxito. A participação da comunidade se deu na etapa de diagnóstico e construção coletiva de demandas para elaboração do projeto, por meio de observações em campo, entrevistas com os moradores, reuniões com as lideranças do bairro e, sobretudo, por meio de oficinas periódicas com as crianças que participam dos projetos sociais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Dante Martins de Oliveira.

Palavras-chave: projeto participativo, espaço livre público, Getúlio Vargas, CuiabáMT.

1 INTRODUÇÃO

A construção do espaço público é resultado da ação dos diversos agentes, sendo, portanto, coletiva. No entanto, o planejamento e projeto desses espaços são desenvolvidos por uma parcela muito pequena e privilegiada da população, resultando, muitas vezes, em ações que não condizem com as suas reais demandas. A partir dessa preocupação, este trabalho teve por objetivo elaborar um projeto urbanístico e paisagístico, assumindo como proposta metodológica a prática participativa. A área escolhida para o desenvolvimento do trabalho foi o espaço livre do assentamento informal Getúlio Vargas, localizado no bairro Residencial Coxipó I e II, região sul do município de Cuiabá.

O Projeto se integra às ações do Programa de Extensão do Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso (NEAU), do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal de Mato Grosso. A

¹ Professora Doutora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso, afarruda@gmail.com

² Graduada, Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, cristinamarafon@gmail.com

escolha dessa área se deu devido à aproximação do Núcleo com o Presidente de Bairro, que demandou, por meio do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Residencial Coxipó e Região, um projeto em área pública para práticas de lazer e esportiva, voltado para a comunidade local. Essa demanda coincidiu com o ingresso da autora no NEAU e com o início do seu Trabalho Final de Graduação (TFG)³, que procurava explorar, na prática, ações participativas de projeto de espaço livre público.

A inserção do usuário e das famílias residentes nesse processo se mostrou fundamental, especialmente porque o espaço livre do Getúlio Vargas é resultante das “sobras” dos espaços edificados, que vem se consolidando via autoconstrução desde a década de 1980. A característica de ocupação da área resulta em uma série de especificidades que devem essencialmente ser levadas em consideração durante a elaboração de plano ou projeto do espaço como um todo.

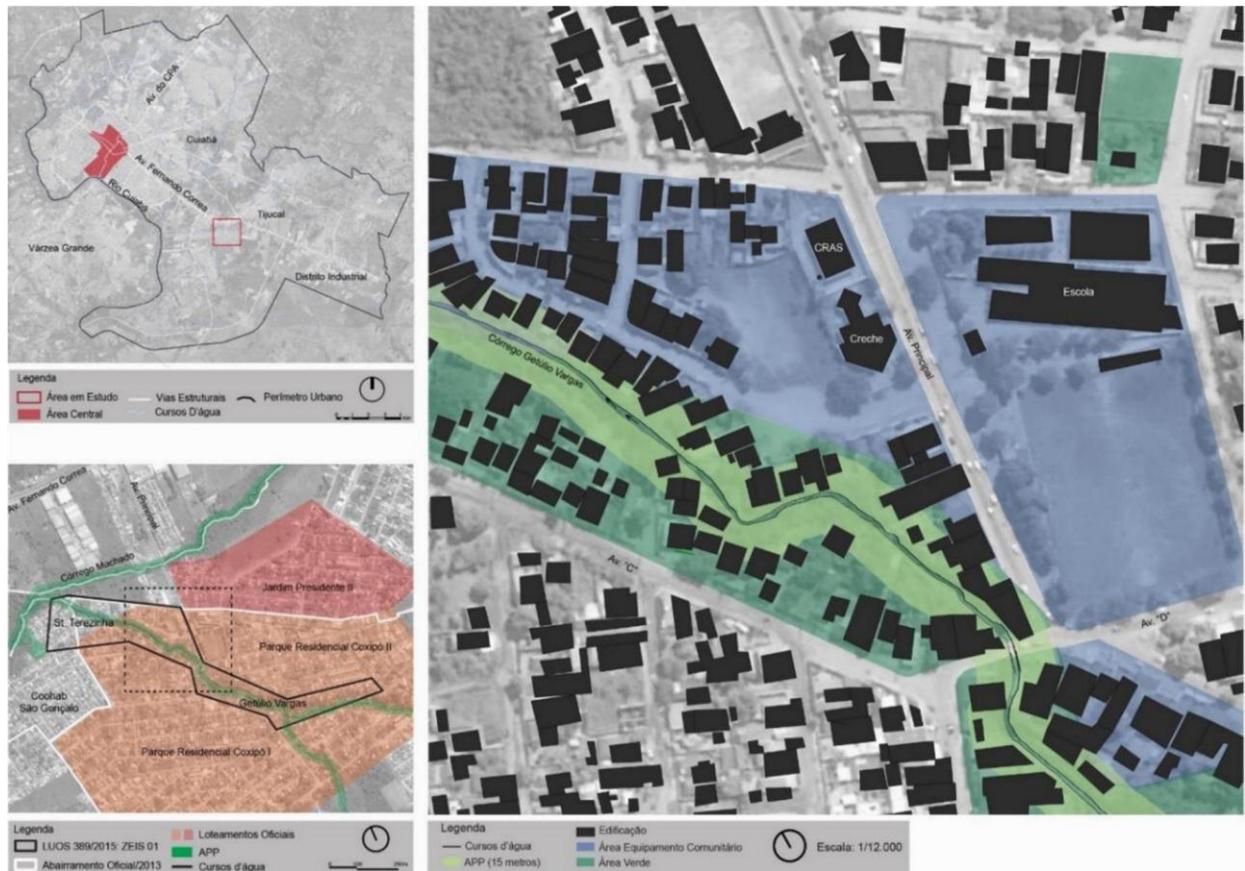
O trabalho, então, se coloca à frente de alguns desafios: (1) intervenção em uma área passível de plano/projeto de regularização fundiária, devendo se ater as especificidades da consolidação dos seus espaços livres e edificados, incidindo inclusive nas ocupações em Área de Preservação Permanente (APP); (2) atuação entre os espaços livres que se constituem pelas “sobras” do edificado que vem se consolidando via autoconstrução, fato que requer adoção de parâmetros flexíveis no projetos urbanísticos e ambientais; (3) opção metodológica do processo participativo justamente por entender que o respeito ao uso e apropriação do lugar e do seu entorno são fundamentais para o êxito da proposta. Neste artigo será abordada especialmente a opção metodológica do projeto (3), um vez que se aproxima do universo da extensão, respondendo às demandas reais existentes na sociedade e posicionando o papel da universidade em prover respostas.

2 DESENVOLVIMENTO

O assentamento Getúlio Vargas teve início na segunda metade da década de 1980 e é resultante da ocupação informal das áreas destinadas para área verde e equipamentos comunitários dos loteamentos Residencial Coxipó I e II, além da ocupação da APP do Córrego Getúlio Vargas (Figura 1).

³ Ver a respeito: MARAFON, Cristina. “EU FAÇO, EU ENTENDO: a construção coletiva do espaço público no assentamento Getúlio Vargas”.

Figura 01 – Localização da área do projeto



Fonte: Autoria Própria, 2017.

Por se tratar de uma demanda de projeto para práticas de lazer e esportiva e, considerando que o entorno se caracteriza por uso predominantemente residencial, contando com três instituições sociais e de ensino, a premissa metodológica adotou o envolvimento da comunidade escolar na realização do projeto, passando a se caracterizar então como um projeto participativo do espaço livre do Getúlio Vargas.

As ações se estruturaram a partir de encontros e reuniões com lideranças locais, oficinas com a comunidade escolar, periodicamente estruturadas em encontros semanais ao longo de 2 meses, entrevistas pontuais e estruturadas junto a conversas informais com os moradores residentes do entorno. Foram ainda realizadas diversas atividades de observação e análise em campo⁴.

⁴ Cabe destacar que todas as ações foram possíveis porque estavam vinculadas ao Programa, contando com o apoio de estudantes na realização das oficinas.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A metodologia do projeto participativo no campo disciplinar do planejamento da paisagem ou do paisagismo vem sendo desenvolvida desde 1960, com uma produção acentuada a partir da década de 1990. Os trabalhos desenvolvidos se destacam devido a parceria com a comunidade escolar, estando ainda inseridos em programa dos cursos de arquitetura e urbanismo, trazendo dessa forma benefício tanto para o currículo das escolas quanto das faculdades (GONÇALVES, 2005).

Com base nos projetos descritos por Pronsato (2005) e Boucinhas (2005), esse trabalho também procurou focar na comunidade escolar, realizando uma conversa inicial com lideranças da área e das instituições da região a fim de estabelecer parcerias. A partir dessa conversa e das opções encontradas, optou-se por centralizar as ações de longo alcance junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Dante Martins de Oliveira. O CRAS trabalha com dois programas para crianças e adolescentes: o Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) e o Siminina, ambos voltados para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, sendo que o primeiro atende ambos os gêneros e o Siminina, apenas crianças e adolescentes do gênero feminino.

A rotina das crianças inclui atividades mais lúdicas, com jogos, palestras, aulas de dança, atividades voltadas a datas comemorativas e prática de esportes. Essa estrutura mais flexível do CRAS – especialmente quando comparada com a escola – se mostrou ideal para o desenvolvimento do projeto, pois facilitou a inserção das atividades por conta da flexibilidade do calendário⁵.

Com o intuito de elaborar coletivamente o projeto urbanístico e paisagístico em questão, foram realizados, ao todo, seis encontros no CRAS, que tiveram os seguintes objetivos: conhecimento da rotina das crianças; aproximação da imagem de satélite, identificando pontos e rotas; diagnóstico dos espaços de brincar por meio de desenhos e descrição desses espaços; aproximação da área do projeto por meio da confecção de maquete da área; visita ao campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); levantamento dos desejos para a área do projeto a fim de gerar um programa de demandas e necessidades.

Todas as oficinas realizadas colaboraram para a definição das demandas

⁵ O CRAS não possui recesso no meio do ano, como as escolas.

para o espaço livre, construído a partir dos desejos das crianças: parquinho - sendo que algumas crianças foram específicas quanto aos brinquedos que este contém (gangorra, roda-roda, balanço, etc.) -, áreas para descanso com bancos e arborização, pavimentação das vias e iluminação, não apenas para o trânsito de veículos, mas também ao nível do pedestre (Figura 2).

Figura 2 - (a) Registros das oficinas realizadas no CRAS; (b) Representação dos equipamentos de lazer e recreação do bairro.

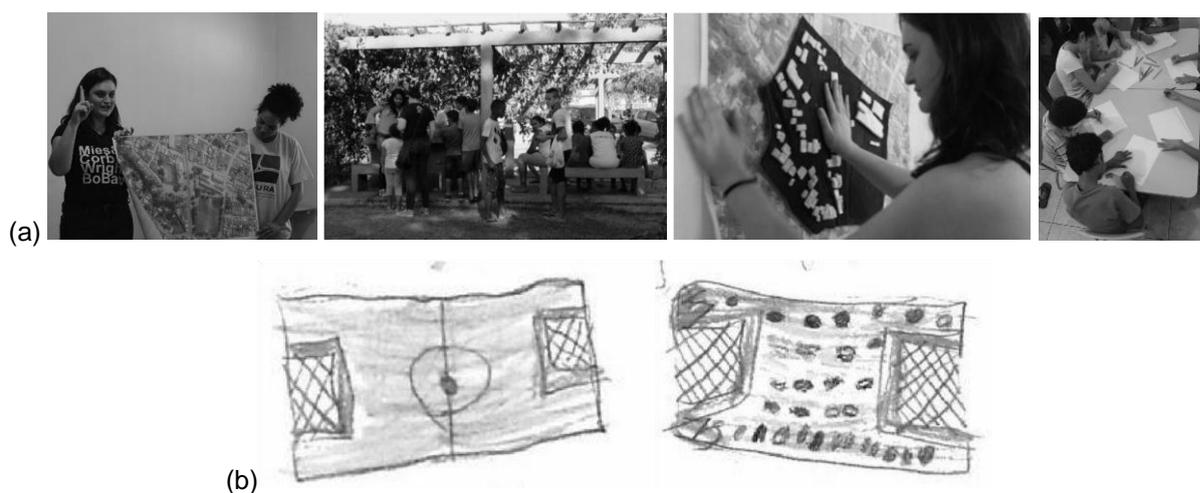
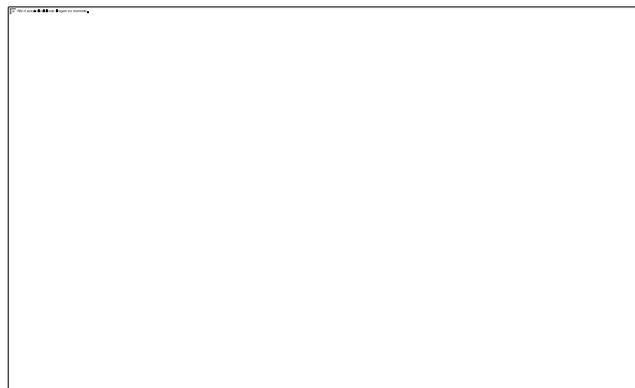


Foto: Daiane Marafon, 2017. Desenho: P., 8 anos.

A partir das necessidades do Conselho Comunitário, das coordenadoras da Creche Amália Curvo e do CRAS Getúlio Vargas (limitantes da área) e das oficinas realizadas com as crianças, considerou-se que uma quadra de concreto poliesportiva, aberta, atenderia todas as demandas, sendo um equipamento de menor dimensão quando comparado ao campo *society*, de fácil manutenção e uso esportivo mais diversificado. Assim, ficou definido o programa de necessidades: quadra poliesportiva com arquibancada, parquinho infantil, arborização, mobiliário, espaços para descanso, espaço da feira, iluminação, obras de pavimentação e drenagem e acesso às moradias.

Após essa definição, foi feita uma apresentação para as lideranças do bairro, indicando o encaminhamento do projeto. A reunião contou com a presença da coordenadora do CRAS Getúlio Vargas e dos presidentes das localidades Santa Terezinha, Getúlio Vargas e Jardim Presidente II. Após essa reunião, novas demandas foram apresentadas por um dos presidentes: a instalação de um Centro de Convivência de Idosos (CCI) e a substituição da quadra poliesportiva por uma quadra de areia.

Figura 3 – Detalhe da maquete do projeto final



Fonte: Autoria Cristina Marafon, 2018.

Essas novas demandas tornaram necessário o contato com os moradores cujas residências fazem limite com a área, de forma a conhecer melhor o uso diário do espaço e as necessidades dos que convivem próximos ao local. Foi realizada uma entrevista semi-estruturada e observação do cotidiano dos residentes para conhecer um pouco dos seus hábitos e suas sugestões para a área do projeto. A partir daí foi possível fechar o programa de necessidades. Optou-se por manter a quadra poliesportiva em detrimento da quadra de areia, incluir a demanda de um dos presidentes de bairro pelo Centro de Convivência de Idosos (CCI), acrescentando, ainda, um local para equipamentos de ginásticas, este último demandado a partir das entrevistas dos moradores. A demanda inicial apresentada pelo Conselho Comunitário foi, portanto, se ajustando aos resultados obtidos nas oficinas e nas entrevistas realizadas junto à comunidade, conforme demonstra o projeto final (Figura 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de um processo participativo depende da relação de diversos agentes, cada qual com o seu tempo, não sendo, portanto, fácil mensurar sua duração ou mesmo conhecer previamente o seu “resultado”. Esse processo não segue um planejamento rígido, sendo sempre necessário readequá-lo a novas demandas, à rotatividade de público, etc. Essa particularidade do tempo do projeto limitou o alcance do trabalho, que se insere no programa de extensão e no TFG, o que é possível perceber ao comparar as duas etapas do processo: o trabalho desenvolvido com as oficinas no CRAS, de forma contínua e com as mesmas pessoas potencializou o seu desenvolvimento, na medida em que as crianças se sentiam mais confortáveis com o tempo, possibilitando a inserção dos participantes na discussão do espaço público e

fazendo com que os mesmos refletissem sobre a sua situação atual e o que seria necessário para que esta melhorasse. No entanto, na segunda etapa, devido ao calendário acadêmico e escolar, o trabalho com as crianças foi interrompido e ocorreu o contato com os moradores vizinhos, uma vez que se fez necessário devido à demanda por equipamento para idosos. O ideal seria que esse contato mais próximo e contínuo fosse estendido à toda comunidade, discutindo o espaço público do bairro de forma mais ampla e profunda.

Além do enriquecimento do projeto, a realização das reuniões, entrevistas e, especialmente, das oficinas com as crianças, permitiu iniciar um diálogo sobre o papel do arquiteto urbanista em uma comunidade que se consolidou por meio da informalidade e da autoconstrução, aproximando as crianças da universidade e das práticas relacionadas com a profissão, como a confecção de maquetes ou o manuseamento de imagens de satélite, que permitiram discutir conceitos inerentes à prática profissional.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, A. F.; KERKHOFF, C.; FERREIRA, A. P. Projeto participativo como interlocutor no espaço da escola. In: Anais Paisagem e Participação: práticas no espaço livre público, 2007, São Paulo - SP.

BOUCINHAS, Caio. Projeto participativo na produção do espaço público. 2005. 150 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GONÇALVES, Paulo Cássio de Moraes. Construção coletiva da paisagem: processos participativos com comunidades escolares. 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PRONSATO, Sylvia Adriana Dobry. Arquitetura e paisagem: projeto participativo e criação coletiva. São Paulo: Annablume, FAPESP, FUPAM, 2005.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. 2012. 284 p. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.